

FEMINISMO E O FAZER URBANO: TRÊS EIXOS DE ANÁLISE **FEMINISM AND THE URBAN PRACTICE: THREE LINES OF ANALYSIS** LARISSA CHAVES, GIOVANNA MAGALHÃES, SORAYA NÓR

Larissa Siqueira Chaves é Arquiteta, bacharel em Ecologia e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). laris.chaves@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/2031641927147337>

Giovanna Simokado Magalhães é Arquiteta, Mestre em Arquitetura e Urbanismo e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Estuda planejamento urbano, história da cidade e estudos de gênero. giovanna_simokado@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/4058852209581690>

Soraya NóR é Arquiteta e Doutora em Geografia. É professora do curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, da Universidade Federal de Santa Catarina, e membro do grupo de pesquisa Análise Ambiental e Permacultura. Estuda urbanismo, patrimônio cultural, meio ambiente e permacultura. soraya.nor@ufsc.br
<http://lattes.cnpq.br/3321266808946310>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: CHAVES, L. S.; MAGALHÃES, G. S.; NÓR, S. Feminismo e o fazer urbano: três eixos de análise. **VIRUS**, n. 25, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v25/591/591pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

Nesse artigo, propomos reflexões acerca da potência do feminismo no fazer urbano como uma prática de arquiteturas contra-hegemônicas. Apoiado no materialismo histórico dialético, partimos da reflexão sobre a produção material das relações sociais concretas que, ao desvelar suas contradições, engendram o processo emancipatório contra-hegemônico. Para tanto, apresentamos três eixos de discussão. No primeiro, discorremos sobre como a lógica de acumulação e violência, intrínseca ao capitalismo, impõe-se sobre corpos-territórios afirmando-se como norma e desvalorizando a vida e os saberes não pautados pelo lucro e dominação patriarcal. No segundo eixo, por meio de uma cartografia do centro de Florianópolis, mostramos como esse sistema se manifesta simbólica e espacialmente. Apenas dez ruas da área central da cidade receberam o nome de mulheres, demonstrando que o padrão patriarcal se fixa no território. O terceiro eixo, revela-se como uma síntese dos demais. Apresentamos as mulheres da agricultura urbana como corpos-territórios individuais e coletivos que constroem uma práxis contra-hegemônica nos espaços urbanos e nos movimentos sociais. Agem politicamente na construção de alternativas que fomentam cuidado, reprodução da vida, reconexão com a natureza, proteção das tradições populares, assim como questões de gênero e de direito à cidade. Essas mulheres carregam consigo a potência de transformação social e também urbana.

Palavras-chave: Feminismo, Gênero, Cidade, Corpo-território

1 Introdução

O capitalismo patriarcal estabelece-se como um modo de produção que institui uma opressão sistêmica, calcada na violência e na exploração dos corpos, dos territórios e da natureza, muitas vezes institucionalizada. Processo esse que pode ser analisado a partir de uma perspectiva feminista não-eurocêntrica, visibilizando estruturas e sujeitos que foram historicamente ocultados (FEDERICI, 2017).

A busca pela acumulação ilimitada, inerente ao sistema capitalista, impõe-se ideologicamente como, supostamente, a única alternativa possível. Assim, os pensamentos e os valores das classes dominantes tornam-se culturalmente hegemônicos. Gestou-se um modo de viver e de pensar baseado na lógica do mercado que, entre outros efeitos, favorece e normaliza a privatização das terras comuns, das infraestruturas básicas para a manutenção da vida, além de capturar todas as formas e subjetividades desviantes (FEDERICI, 2017). Nesse processo, busca eliminar as resistências, a autonomia e com ela a rebeldia, a insubmissão e as possibilidades de ruptura (ROLNIK, 2011). Esse contexto histórico também reverbera na produção da arquitetura e do espaço urbano. A concepção do espaço como algo uniforme que reflete os movimentos da sociedade e esconde o caráter sexista (GUITART, 2007) e racista (SANTOS et al., 2017) do desenho urbano. Nesse sentido, tanto a arquitetura quanto o planejamento urbano hegemônicos afirmam-se como instrumentos de poder de classe, por meio dos quais a burguesia controla a produção do espaço (HARVEY, 2014).

O urbanismo feminista insere-se tanto na crítica a essa visão quanto na construção de novos olhares e perspectivas que consideram subjetividades, corpos e territórios (VILLAGRÁN, 2016). Assim, uma das possibilidades para o feminismo é se voltar para os movimentos — urbanos e sociais —, ou seja, para espaços coletivos que gestam práxis questionadoras da hegemonia cultural. Na análise, expomos as noções que abarcam o corpo-território. Trata-se de epistemologia feminista, que transcende o pensamento ocidental hegemônico e fomenta a construção de uma lógica que supere suas binaridades intrínsecas, como sujeito/objeto, razão/emoção, mente/corpo, cultura/natureza, produção/reprodução, público/privado e cidade/campo.

A reflexão está alicerçada no método do materialismo histórico dialético, assim como na teoria feminista, ou seja, procuramos desvelar questões concretas da sociedade e suas contradições, que emergem da produção material da vida, relacionando-as aos processos históricos e emancipatórios que as conformam. Por esse motivo, realizamos uma discussão teórica sobre o capitalismo patriarcal, à priori, como forma de embasar a análise da cartografia da área central de Florianópolis, assim como para fundamentar as falas e o protagonismo das mulheres da agricultura urbana na produção de um espaço urbano contra-hegemônico.

Os estudos apresentados neste artigo foram realizados no município de Florianópolis em Santa Catarina. Essa escolha foi fundamentada por ser local de moradia, estudo e trabalho, das autoras, fator que permitiu encontrar nesse território expressões dos valores, ideias, crenças e comportamentos hegemônicos. A pesquisa apresenta a cartografia da região central de Florianópolis, uma vez que esta expressa um acúmulo das camadas históricas e simbólicas representativas da ocupação do território ao longo do tempo. Assim, essas áreas consolidadas exprimem o poderio da ideologia patriarcal dominante, no que se refere à produção da arquitetura e do urbanismo.

Da mesma forma, Florianópolis apresenta uma particularidade em relação ao Plano Diretor, com a extinção do zoneamento rural a partir de 2014. Trata-se de um aspecto que ainda suscita discussões entre os movimentos sociais e o poder público. Esse fato representa, sobretudo, o pensamento hegemônico da elite local, que defende interesses de grupos corporativos imobiliários cujo projeto de cidade não condiz com as particularidades morfológicas, ecológicas e sociais do município, especialmente da Ilha de Santa Catarina. É por esse motivo que se justifica a relevância dos movimentos pela agricultura urbana, em especial das mulheres. Como forma de qualificar o trabalho e as discussões apresentadas, o artigo expõe depoimentos de mulheres militantes no enfrentamento de propostas que colocam o lucro acima da natureza e de uma vida humana digna (CHAVES, 2022).

Assim, o presente artigo traz reflexões sobre o fazer urbano no âmbito do feminismo de forma a desvelar sua potência contra-hegemônica, por meio da apresentação de três eixos de análise. O primeiro, considera a materialidade histórica das relações sociais no âmbito do sistema capitalista. Nesse eixo, discutimos como a violência e o epistemicídio são fundamentais ao processo de acumulação capitalista, subjugando corpos femininos e territórios. O segundo eixo, procura evidenciar como essas imbricações podem se expressar na cidade a partir de uma análise cartográfica generificada do centro de Florianópolis. O terceiro eixo representa a convergência dessas reflexões, que despontam tanto como resistências quanto como alternativas a um sistema que mercantiliza a vida e as relações socioambientais. Nesse tópico, apresentamos o protagonismo e as perspectivas das mulheres da agricultura urbana.

2 Acumulação, violência e a cidade androcêntrica

Compreender a realidade passa necessariamente pelo processo de entender as condições e as estruturas históricas que se materializam em nossa sociedade. É a partir dessa conjuntura que estabelecemos relações com o mundo, com a natureza, com o território, além de conformarem a construção de nossa própria subjetividade.

O processo descrito por Marx ([1867] 2013) como acumulação primitiva do capital¹, no período mercantilista, consistiu em ações que engendraram o capitalismo. Dentre elas, os cercamentos que expropriaram camponeses das terras comunais, inviabilizando modos de vida baseados na coletividade, para impor a propriedade privada e a submissão ao trabalho individual assalariado. Esse processo também abarca a colonização das Américas, África, Ásia e Oceania, a escravidão, a subjugação de povos e de suas culturas, assim como a intensificação da separação humanidade-natureza.

Rosa Luxemburgo (1970) afirma que essa lógica de violência é intrínseca ao sistema capitalista e que as características da acumulação primitiva desencadearam um processo contínuo, que não se restringe a um período histórico específico ou localização geográfica. O capital necessita destruir o que a autora denomina de economia natural — as formas socioeconômicas baseadas na subsistência e na reprodução da vida — para se apropriar dos meios de produção, principalmente as terras e da força de trabalho dessas populações. A manutenção das relações capitalistas necessita também do aparato do Estado, alicerçado pela força policial e militar.

Diante disso, emerge um outro tipo de violência, o epistemicídio (SANTOS, 2019). Por trás de uma ideia de suposta civilidade, escondem-se os mecanismos de opressão. A prática de civilizar, parte de um processo fabricado ideologicamente e levado em paralelo à noção de progresso e desenvolvimento, condição para a expansão do capitalismo, alicerçada na

¹ De Angelis (2001) atenta para dois significados de acumulação primitiva do capital, aquele histórico, sentido empregado por Marx, no qual o “primitivo” se refere aos processos que estão na origem do capital e aquele que o considera como um evento contínuo no modo de produção capitalista. Essa última abordagem possibilita conectar a violência ao colonialismo e ao corpo-território.

ascensão da ciência moderna. Enquanto os valores dessa ciência civilizatória ocidental expandiram-se por todo o mundo de forma hegemônica, os saberes das mulheres e dos povos subjugados foram ignorados e reprimidos.

[...] isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. [...] É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta [...]. [O epistemicídio] não mais se destina ao corpo individual e coletivo, mas ao controle de mentes e corações (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Esse processo, que reforça a dicotomia campo-cidade, também abarca outras questões. A primeira está relacionada ao local da produção dos alimentos que consumimos — rural ou urbano — e às características socioambientais do entorno. A segunda questão refere-se às formas e aos meios pelos quais a agricultura se desenvolve. Isto é, tanto em relação ao uso de agrotóxicos, à instrumentalização da natureza, à produção artificial de sementes e mudas, quanto ao processo de aquisição das terras cultivadas. O agronegócio e os latifúndios conformam práticas que perpetuam a lógica da acumulação e da violência que acomete a natureza, os povos indígenas, quilombolas e tradicionais, deslegitimando-os como portadores de conhecimento, além de acentuar a insegurança alimentar e nutricional da população (MIES; SHIVA, 2021).

A mesma lógica ocorre e conforma o espaço urbano. A privatização dos espaços públicos, a segregação, a periferização e a expansão imobiliária ilimitada que acomete sobretudo as áreas naturais e de características rurais são exemplos desses processos que se materializam no espaço. Dessa forma, o despontar da cidade moderna se deu no âmbito de relações de acumulação, violência e exclusão de sujeitos, sendo possível estabelecer uma conexão com o planejamento urbano e a produção da cidade androcêntrica. Nessa forma de fazer urbano, que tem o homem como medida de todas as coisas, são priorizados os espaços mercantis de bens e serviços, em detrimento daqueles da reprodução da vida (VALDIVIA, 2018).

O espaço urbano adquire um caráter pedagógico no que se refere à questão ideológica do modelo hegemônico capitalista patriarcal. Por meio da delimitação dos usos do solo urbano, são estabelecidos quais movimentos são permitidos ou cerceados, quais territórios são valorizados e quais corpos podem ocupar certos espaços. As nossas cidades foram construídas baseadas nessa lógica dominante, sendo que as relações de gênero, raça e classe se expressam no traçado urbano. Nesse sentido, existe toda uma codificação que retrata as relações de poder (KERN, 2021).

Como forma de evidenciar essas interconexões, propusemos o neologismo *feminagem* em contraposição à palavra homenagem. Esse último vocábulo, etimologicamente, deriva de homem. Designava vassalo, homem de armas, aquele que devia sua fidelidade ao suserano (HOUAISS, 2001). Feminagem, por sua vez, evidencia e denuncia a contradição, a submissão de sentido contida em mulher homenageada.

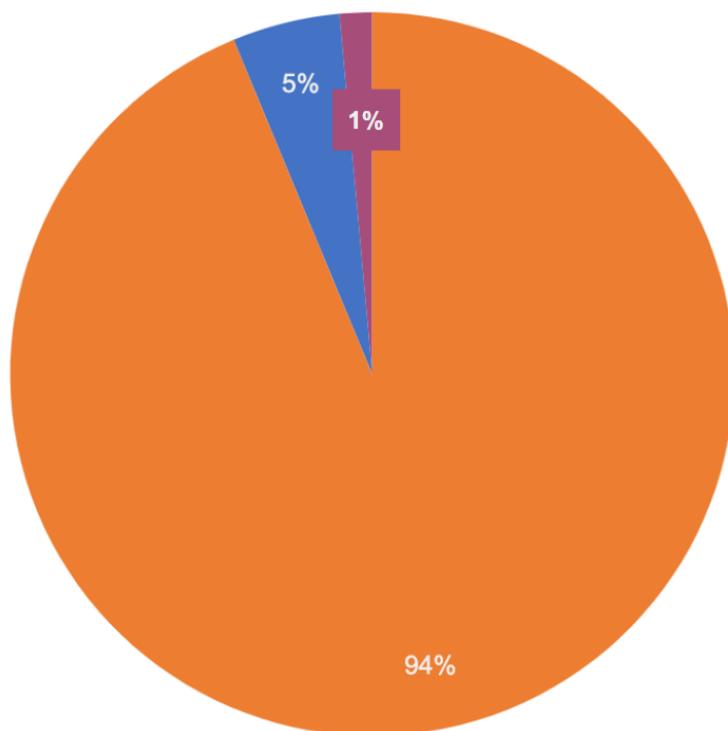
Partindo das problemáticas apresentadas, realizamos a análise cartográfica dos nomes das ruas do centro de Florianópolis, representada na Figura 1. Na comparação entre quantos homens são homenageados e quantas mulheres são *feminageadas*, revela-se o desequilíbrio da valorização ideológica de gênero. Conforme demonstra a Figura 2, dentre 208 ruas que compõem a área central da cidade, somente dez (5%) recebem nomes de mulheres, sendo que nenhuma das ruas principais tem nome feminino.



NOME DAS RUAS ÁREA CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS

- RUAS PRINCIPAIS HOMENAGENS (masc.)
- RUAS SECUNDÁRIAS HOMENAGENS (masc.)
- RUAS SECUNDÁRIAS FEMINAGENS (fem.)
- RUAS SECUNDÁRIAS NEUTRAS

Fig. 1: Nome das ruas da área central de Florianópolis. Fonte: Nór, 2022, adaptado de Guia Floripa.



NOME DAS RUAS (208)

- 195** – HOMENAGENS
Nomes masculinos
- 10** – FEMINAGENS
Nomes femininos
- 03** – Nomes neutros

Fig. 2: Porcentagem de ruas referentes a homenagens e feminagens. Fonte: Nór, 2022.

Conforme apresentado no Quadro 1, vale destacar que entre os dez nomes de mulheres, quatro deles representam, na verdade, homenagens indiretas ao marido ou pai, diminuindo a relação de reconhecimento feminino no protagonismo da sociedade e na espacialização da cidade. Há uma clara discrepância entre o que uma mulher necessita realizar para merecer destaque e reconhecimento na vida pública. Por outro lado, o masculino historicamente prevaleceu, forjando crenças, valores e comportamentos de suposta superioridade e, ainda hoje, nomes de homens seguem designando logradouros, referências, memórias e identidades urbanas.

	NOME	FEMINAGEM	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
1	Trav. Adelaide	Adelaide Pereira Oliveira	<i>Viúva do governador Pereira Oliveira*</i>
2	R. Anita Garibaldi	Ana de Jesus Ribeiro	Combatente da Revolução Farroupilha e pela unificação da Itália
3	R. Benvenuta Barlet James	Benvenuta Monteiro James	Revolucionária, política
4	R. Benvarda, Irmã	Maria Michele	Religiosa
5	Corália Ferreira da Luz	Corália dos Reis Ferreira da Luz	<i>Segunda esposa de Hercílio Luz*</i>
6	Pça. Etelvina Luz (Banco Redondo)	Etelvina Cezarina Ferreira Luz	<i>Primeira esposa de Hercílio Luz*</i>
7	R. Laura Caminha Meira	Laura Caminha Meira	Servidora pública, atuante na filantropia
8	R. Madalena Barbi	Madalena Destri Barbi	Ortopedista prática
9	R. Margot Ganzo Araújo	Margot Ganzo Araújo	<i>Filha de Juan Ganzo/diretor da Cia. Telefônica*</i>
10	Trav. Ondina Alves Pereira	Ondina Alves Pereira	Do lar

* Mesmo se tratando de nomes femininos, representam homenagens ao marido ou ao pai.

Quadro 1: Ruas centrais de Florianópolis que receberam nomes de mulheres. Fonte: Nó, 2022, adaptado de Silva, 1999.

Essa cartografia é paradigmática por demonstrar como construções ideológicas fundadas na dualidade público-privado imprimem-se no desenho urbano e no território (VILLAGRÁN, 2016). Os homens supostamente são figuras públicas que possuem a liberdade de usar e se apropriar do espaço público, enquanto as mulheres não. A elas são reservadas as tarefas domésticas, do lar e de cuidado: o trabalho reprodutivo, desvalorizado e invisibilizado. Essa é a linguagem escrita no espaço urbano e vivenciada por gerações de cidadãos. Esse código imprime-se no território e nas subjetividades, demonstrando e reforçando as relações de poder. Este poder é também expresso na representatividade política dos que escolhem os nomes dos lugares da cidade, em grande maioria homens, refletindo a estrutura patriarcal da sociedade. Num movimento de resistência a essa lógica opressora emergem práticas contra-hegemônicas, como o feminismo e a agroecologia.

Ao definir a hegemonia como instrumento utilizado para manutenção e internalização da dominação por aqueles que habitam a condição de subalternidade, para Ouviaña (2021), tanto Gramsci como Luxemburgo mantêm em seu horizonte um aspecto crucial: a possibilidade do rompimento ideológico por meio da contracultura popular e autônoma. Para o autor, essa visão pedagógica-prática estabelece as bases para a construção de uma resistência que não se limita às mudanças na esfera econômica, mas encontra na disputa dos sentidos e dos comportamentos a possibilidade de engendrar cotidianamente movimentos de manifestação de ideias, corpos e afetos.

Quando se observa os territórios e as políticas cotidianas construídas coletivamente, que valorizam a vida, a ecodependência² e o cuidado, as mulheres são aquelas que tecem alternativas à lógica dominante e resistem às estruturas

² Svampa (2019) afirma que o termo *ecodependência* assinala o fato de que nós, sociedade humana, somos parte da natureza, e com ela estabelecemos uma relação de interdependência. Para a autora, as ecofeministas e os movimentos de mulheres estão, entre outros movimentos

opressoras. Esses arranjos cotidianos têm uma potência radical para transformar a maneira como concebemos e produzimos o espaço urbano. É nesse sentido que se inserem as mulheres da agricultura urbana como corpos-territórios, como indivíduos que constroem a transformação pela coletividade.

3 O corpo-território e as mulheres da agricultura urbana

Buscamos enfatizar a relevância dos processos e experiências do Sul global que, centrados na lógica agroecológica, constroem resistências frente à violência proprietária e a subjugação de corpos-territórios. Trata-se de um conceito-potência capaz de alojar uma nova concepção de construir espaços e relações.

A aproximação com os estudos decolonias nos fornece as ferramentas necessárias para ajudar a compreender a complexidade das realidades impostas pela hegemonia da colonialidade do poder³, do gênero⁴, do saber⁵ e do ser⁶, permitindo abordar referenciais como a agroecologia e corpo-território, evidenciado pelo feminismo de base comunitária e popular.

Também, por meio da retomada e da valorização das cosmovisões dos povos originários, foi possível confrontar os preceitos modernos baseados nas dicotomias hierarquizadas e no aproximar de saberes outros, baseados nas suas relações de complementaridade e codependência (CARVAJAL, 2020).

Nas cosmovisões indígenas, essa concepção de um mundo corporificado não é novidade, nas quais, por exemplo, uma serra possui nome e personalidade; cadeias de montanhas são compostas por mãe, pai, filho e conversam com outras famílias de montanhas próximas (KRENAK, 2019). Da mesma forma ocorre com as vozes das mulheres indígenas que se espalharam pela América Latina e Caribe em defesa de seus territórios. Frases como "*mi cuerpo es mi territorio*" e "*ni las mujeres ni la tierra somos territorios de conquista*" (CRUZ HERNÁNDEZ, 2016, p. 36) ecoaram pelo continente, tornando-se uma inspiração para a enunciação política que permeou feministas e outros movimentos sociais.

[...] o corpo visto como território é em si mesmo um espaço, um território lugar, que ocupa também um espaço no mundo e pode vivenciar todas as emoções, sensações e reações físicas, para encontrar nele [corpo-território] um lugar de "resistência" e ressignificação (CRUZ HERNÁNDEZ, 2016, p. 42, tradução nossa)⁷.

Tanto Cruz Hernández (2016), como Gago (2020), afirmam ser possível compreender o corpo-território como uma ideia-força capaz de extravasar a sua origem na luta dos povos originários para outros espaços e territórios, inclusive no espaço urbano. A noção de corpo-território reivindica o direito à reprodução da vida e à comunalidade. Ao mesmo tempo, questiona as bases que sustentam o capitalismo e o próprio sentido de propriedade privada atrelado a uma falta, em essência, uma escassez e uma privação (GAGO, 2020). Nesse sentido, a vida cotidiana supera a abstração e reconecta-se aos aspectos essenciais, à reprodução social.

sociais, liderando a ressignificação, ou melhor, o restabelecimento da relação entre humanidade-natureza por meio do cuidado como princípio coletivo.

³ Colonialidade refere-se a um novo padrão de poder do capitalismo global, decorrente do colonialismo, no qual a ideia de "raça" foi estabelecida para naturalizar e legitimar as relações coloniais de dominação, surgindo uma nova estrutura global de controle do trabalho que é racializada e geograficamente diferenciada (QUIJANO, 2005).

⁴ Para Lugones (2019), além da raça, também o gênero é uma imposição colonial que produziu novas classificações, introduzindo um sistema colonial moderno de gênero utilizado para o controle do sexo, de seus recursos e produtos.

⁵ Colonialidade do saber também é fruto da modernidade ocidental eurocêntrica que impõe o modelo de conhecimento baseado na neutralidade, objetividade, universalidade e no positivismo, criando uma narrativa pretensamente universal que centraliza e valoriza a produção do Norte global (CURIEL, 2020).

⁶ Para Maldonado-Torres (2007), a colonialidade do ser é a negação da humanidade de certas populações por serem consideradas um obstáculo à modernização.

⁷ Do original em espanhol: "[...] *el cuerpo visto como territorio es en sí mismo un espacio, un territorio lugar, que ocupa, además, un espacio en el mundo y puede vivenciar todas las emociones, sensaciones y reacciones físicas, para encontrar en él, un lugar de "resistencia" y ressignificación.*" (CRUZ HERNÁNDEZ, 2016, p. 42).

Essa referência à vida não é abstrata, mas vinculada aos espaços, aos tempos, aos corpos e às combinações concretas em que essa vida se desenvolve, se torna possível, digna, visível [...]. Vida tem um significado vital: envolve a defesa e o cuidado com o comum, e produção e ampliação de riqueza compartilhada (GAGO, 2020, p.109).

É nesse contexto que se encontram as mulheres da agricultura urbana, suas atividades de cultivo, participação nas hortas comunitárias, nos coletivos e espaços de militância. Assim, visibilizam o cuidado e a reprodução social, contrapondo-se à configuração da cidade produtiva voltada ao lucro. Por meio de perspectivas cotidianas dessas mulheres, consideramos possível expor as imbricações entre o corpo-território, como epistemologia feminista, e o estudo sobre o espaço. A potencialidade de romper a lógica proprietária patriarcal possibilitou a emergência de uma nova espacialidade, um novo modo de ser e de agir no mundo, que tensiona a hegemonia e as binaridades.

Nesse contexto, cabe considerar como as mulheres da agricultura urbana agem politicamente, construindo alternativas. Por meio da priorização da produção de alimentos orgânicos, para vizinhos e bairros próximos, em sintonia com as tradições culturais populares, com a preservação dos ecossistemas locais. Ao mesmo tempo, são fomentadas questões de gênero e de direito à cidade (CHAVES, 2022). Trata-se de uma prática feminista desviante, assentada no corpo individual-coletivo, no corpo como território e no território como corpo, que subverte a lógica binária, individualista e proprietária, afirmando-se como horizonte utópico frente aos avanços neoliberais do capital (GAGO, 2020).

Os depoimentos das mulheres da agricultura urbana de Florianópolis demonstram que as experiências cotidianas com agroecologia possibilitaram o estabelecimento de relações de abertura. Ou seja, por meio de processos de subjetivação, foi possível gerar possibilidades de reconexão com a natureza. As motivações pessoais, tais como busca por bem-estar, por alimentação saudável e atividades terapêuticas, permitiram o envolvimento com movimentos sociais agroecológicos, desvelando o processo de constituição de um corpo-território individual e coletivo (GAGO, 2020). Dessa vivência emerge uma prática, espacial e subjetiva, que carrega consigo a potência de ser expandida para a criação de “novas formas de vida-em-comum e uma cultura baseada no compartilhamento” (STAVRIDES, 2016, p. 4-5, tradução nossa).

Eu acho que a agroecologia, em geral, é uma coisa bem revolucionária e muito política. Então, eu acho que quando tu começa a entrar tu começa a se envolver cada vez mais com os movimentos, e não só com um, mas com vários. Como se o mundo todo fosse se abrindo, isso foi uma mudança bem importante. Foi mais ou menos ali que eu comecei a me envolver em vários movimentos, e também era uma coisa que eu já tava querendo fazer há muito tempo. [...] E aí eu acho que quando eu comecei com a coisa da agricultura, comecei a aprender sobre tudo isso e pesquisar a agroecologia, foi como se esse novo caminho se abrisse. E eu comecei a me envolver em todos esses movimentos, que era uma coisa que eu queria. E aí uma coisa vai levando a outra⁸ (CHAVES, 2022, p. 104).

As práticas territoriais que derivam dessas relações, como os mutirões e as feiras agroecológicas, trazem outros modos de viver a cidade, transformando não somente os espaços, mas as pessoas pela prática e troca de vivências. Essas vivências mostram a importância da imanência humanidade-natureza nos processos da reprodução cotidiana.

[...] a prática, colocar em prática a partir das vivências. A gente não pode trabalhar uma situação sem ter conhecimento de que tudo o que a gente faz é para a gente: nós, seres humanos, que estamos no planeta. Eu não sou uma ambientalista que vai colocar o meio ambiente em primeiro lugar, acima das pessoas. Eu não sou essa pessoa. Eu compreendo que as pessoas estão para o meio ambiente assim como o meio ambiente está para as pessoas. Para pensar meio ambiente a gente tem que pensar em pessoas, então o meu foco de trabalho são as pessoas [...]. E a partir das pessoas vem as vivências, vem os mutirões, vem as amizades (CHAVES, 2022, p. 83).

⁸ Nesse artigo, utilizamos excertos de entrevistas realizadas com mulheres dos movimentos de agricultura urbana da Grande Florianópolis, apresentados em Chaves (2022).

Nesses eventos, desvela-se o protagonismo das mulheres, elas constituem forças sociais ativas que pautam o direito à cidade, a soberania alimentar, uma vida digna de ser vivida (CHAVES, 2022).

[...] As mulheres são maioria sempre! Nos mutirões, todos os dois que eu fui, só tinha mulher! Quando você percebe que a maioria é de mulheres, acho que a gente está muito mais querendo se engajar e mudar as coisas, a gente está muito mais inconformada, sinto que a gente é muito mais radical que eles. A gente tá querendo muito mais agir, partir para ação e eu acho que a gente também tem uma vocação muito melhor pra ação coletiva mesmo, porque a gente tem uma vocação muito melhor para conversar para resolver problemas, eu acho [...] (CHAVES, 2022, p. 128).

É neste sentido que a vida adquire uma sensibilidade para além do olho-retina (ROLNIK, 2011), com uma complexidade que supera a compartimentalização capitalista neoliberal e a obediência necessária para a manutenção do pensamento hegemônico. Permite-se a multiplicidade rizomática e abre-se para a imprevisibilidade que acompanha os devires, os quais nunca são individuais, separados do mundo e das relações com ele estabelecidas. Dos devires emerge uma lógica micropolítica, uma cartografia que conforma o espaço fronteiro e instável. Liberta-se das estruturas fixas da macropolítica, pois a macropolítica e a micropolítica são forças codependentes. Entretanto, por possuírem naturezas distintas, necessitam também de estratégias diferentes. Enquanto na macropolítica luta-se para alcançar a igualdade de direitos e atua-se em uma esfera programática, a esfera da micropolítica “acompanha os movimentos invisíveis e imprevisíveis da terra — aqui, movimentos de desejo —, que vão transfigurando, imperceptivelmente, a paisagem vigente” (ROLNIK, 2011, p. 62).

É na micropolítica que podem ser criadas outras formas de viver. Ao desterritorializar a subjetividade, encontra-se a possibilidade de se reterritorializar, movida pelo desejo, pela força da vida em permanecer e vingar. As forças que atuam sobre os corpos produzem uma vibrabilidade, podendo ser expressa por meio de uma nova forma de vida, uma nova arte, uma nova sexualidade ou um novo corpo, um novo território (ROLNIK, 2011, 2018).

Ao utilizar a chave feminista para compreensão do espaço, torna-se possível traçar uma história da resistência antipatriarcal e anticapitalista, articulada por essas mulheres nas cidades, no campo e nas florestas, que desde o surgimento do capitalismo e da ocupação colonial, resistem às violências que acompanham os processos de despossessão e extermínio das suas crenças, valores e modos de vida (FEDERICI, 2019).

4 Considerações finais

Apresentamos, neste artigo, três eixos de análise para refletir sobre o feminismo como práxis contra-hegemônica. No primeiro eixo, mostramos o modo de produção capitalista patriarcal como um sistema que se impõe, por meio da acumulação e da violência contra corpos e territórios, capturando não somente subjetividades, mas também processos de resistência. No segundo eixo, desvelamos como esse sistema se imprime no espaço urbano, por meio de uma análise cartográfica do centro de Florianópolis. Foi constatada uma discrepância entre homenagens e feminagens, no que se refere à nomeação de ruas do centro da cidade. Essa análise evidenciou formas de perpetuação simbólica das estruturas de poder patriarcal da sociedade e da produção do espaço, assim como a dualidade público-privado impressa no território. O terceiro eixo foi aquele que congregou os demais, representando o protagonismo das mulheres como corpo-territórios que fomentam uma práxis contra-hegemônica e anticapitalista, que desponta de movimentos sociais e espaços coletivos de luta da agricultura urbana em Florianópolis. Este eixo conforma, ao mesmo tempo, processos de resistência e a emergência de alternativas ao sistema capitalista patriarcal.

As mulheres da agricultura urbana constroem alternativas que visam o rompimento da dicotomia e da alienação humanidade-natureza, priorizando o cuidado e a reprodução da vida. Essas alternativas albergam uma virada epistemológica, uma práxis contra-hegemônica, que emerge de experiências já existentes (KERN, 2021; LEFEBVRE, 2001; SOLÓN et al., 2019). As práticas agroecológicas despontam como resistências a um contexto de violência sistêmica instituída contra corpos e saberes. Ensejam um modo de pensar, sentir, ser e estar no mundo que permite vislumbrar a radicalidade, a potência de uma transformação ampla (GAGO, 2020), inclusive urbana.

Nesse sentido, essas espacialidades que emergem da agroecologia urbana abarcam a materialidade instável que permeia a vida cotidiana, na qual o corpo se faz território e o território se faz corpo. O individual e o coletivo deixam de ser campos em disputa e passam a estabelecer uma relação de complementaridade e codependência, evidenciando que não há carência nem de corpo, nem de território (GAGO, 2020). Assim, entre territórios e corpos, revelam-se tanto a existência das pulsões vitais, de que nos fala Suely Rolnik (2019) quanto a potência desejante de transformação que nos apresenta Verónica Gago (2020). Essas perspectivas possibilitam a expansão e a difusão das práticas insurgentes dos territórios, opostas à ordem hegemônica — proprietária, individualista e androcêntrica — a que somos submetidos a todo momento, como suposta única lógica existente, como suposto único modo de conceber o mundo.

Estudar essas correlações nos permite pensar em arquiteturas contra-hegemônicas, ao trazer o pensamento decolonial e feminista para o campo da arquitetura e urbanismo. Ao pensar e projetar nossos espaços a partir de nossas experiências, subjetividades e corpos, assimilamos a dimensão social e coletiva, num processo simultâneo de desconstrução do pensamento dominante e construção de uma nova realidade possível (OUVIÑA, 2021).

Referências

CARNEIRO, S. A. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVAJAL, J. P. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. *In*: HOLLANDA, Heloisa B. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 194-205.

CHAVES, L. S. **Ecofeminismo e direito à cidade: as mulheres da agricultura urbana na Grande Florianópolis**. 2022. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/241725?show=full>. Acesso em: 04 nov. 2022.

CRUZ HERNÁNDEZ, D. T. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. **Solar: Revista de Filosofía Iberoamericana**, [S.l.], v.12, n.1, p.35-46, 2016. Disponível em: <https://revistasolar.pe/index.php/solar/article/view/129/129>. Acesso em: 24 nov. 2022.

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In*: **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 121–138.

DE ANGELIS, M. Marx and primitive accumulation: The continuous character of capital's "enclosures". **The Commoner**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 1-22, 2001. Disponível em: <https://thecommoner.org/wp-content/uploads/2019/10/Marx-and-primitive-accumulation-deAngelis.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

GAGO, V. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GUIA FLORIPA. **Mapa das ruas do Centro de Florianópolis**. Disponível em: <https://mapasblog.blogspot.com/2011/02/mapas-de-florianopolis-sc.html>. Acesso em: 19 jul 2022.

GUITART, A. O. Hacia una ciudad no sexista: algunas reflexiones a partir de la geografía humana feminista para la planeación del espacio urbano. **Territorios**, Bogotá, n. 16-17, p. 11-28, 2007. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2924331&info=resumen&idioma=ENG>. Acesso em: 16 nov. 2022.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HERNÁNDEZ, D. T. C. **Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos**. 2016. Disponível em: <http://revistasolar.org/wp-content/uploads/2018/05/Solar-12-1-09-08-17.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KERN, L. **Cidade feminista**: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloisa B. (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 95-118.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la Colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco/Pensar/Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

OUVIÑA, H. **Rosa Luxemburgo e a reinvenção da política**: uma leitura latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 16 nov. 2022.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ROLNIK, S. ¿Cómo hacernos un cuerpo? *In*: **8M Constelación feminista**: ¿Cuál es tu huelga? ¿Cuál es tu lucha? 1.ª ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018. p. 109-131.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2019.

SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo**: as afirmações das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, R. E.; SILVA, K. S.; RIBEIRO, L. P.; SILVA, N. C. Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? *In*: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL URBANISMO BIOPOLÍTICO 2017, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: Fluxos, 2017. p. 464-491.

SILVA, A. N. **Ruas de Florianópolis**: resenha histórica. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1999.

SOLÓN, P. et al. **Alternativas sistêmicas**: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019.

STAVRIDES, S. **Common Space**: The City as Commons. London: Zed Books, 2016.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

VALDIVIA, B. Del urbanismo androcéntrico a la ciudad cuidadora. **Hábitat y Sociedad**, Universidad de Sevilla, n. 11, p. 65–84, 2018. DOI: [10.12795/habitatysociedad.2018.i11.05](https://doi.org/10.12795/habitatysociedad.2018.i11.05).

VILLAGRÁN, P. S. Repensar el hábitat urbano desde una perspectiva de género. Debates agendas e desafíos. **Andamios**, Ciudad de México, v. 13, n. 32, p. 37-56, 2016.